

JUSTIFICAÇÃO

A matéria de que trata a proposta de emenda à Constituição que ora submetemos ao exame dos eminentes pares tem sido objeto de viva polêmica, tanto no plano político quanto em sua dimensão jurídica.

O nosso entendimento a respeito encontra-se expresso no texto da proposição: a abertura de processo criminal contra Governador de Estado ou do Distrito Federal – diferentemente do que ocorre com o Presidente da República – não deve depender de autorização legislativa.

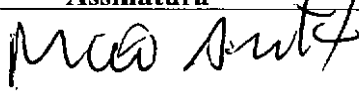
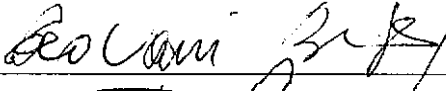
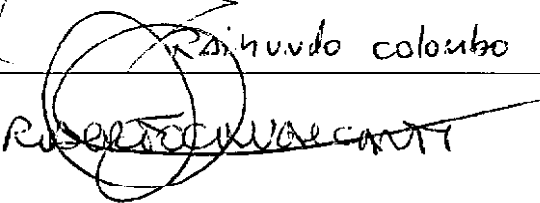
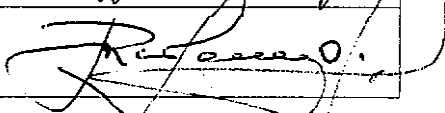
Entendemos, também, que, nessa hipótese, o afastamento do Governador do exercício de seu cargo não deve ser automático, tendo antes que depender de decisão judicial específica, de competência da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

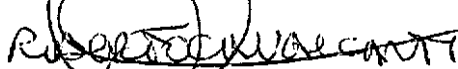
Desse modo, a eventual facilitação da abertura do processo criminal, afastando, nesse caso, o juízo político de sua admissibilidade, não implicará necessariamente o ônus do afastamento do Governador do exercício de seu cargo, o que confere à medida o equilíbrio e a razoabilidade necessários.

O que não mais se pode aceitar, no ambiente da democracia política e do espírito republicano que todos pretendemos construir em nosso País, é que a impunidade continue a grassar, em prejuízo dos valores orientadores dessas nossas legítimas pretensões.

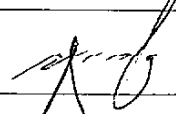
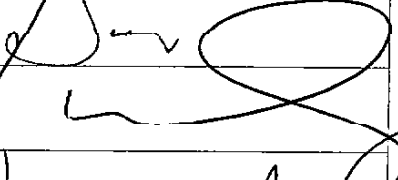
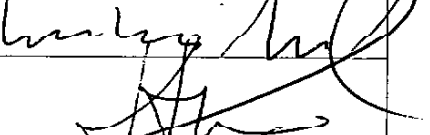
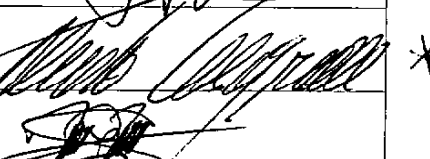
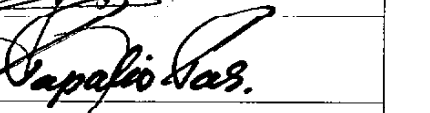
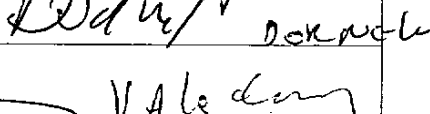
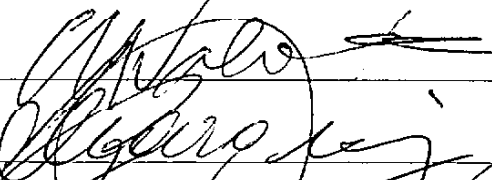
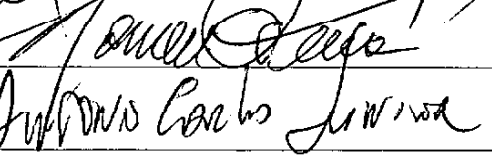
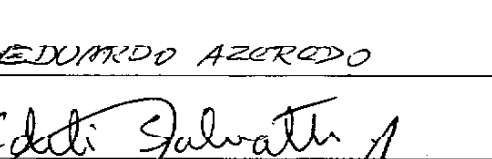
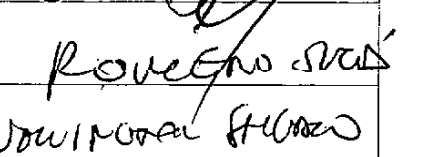
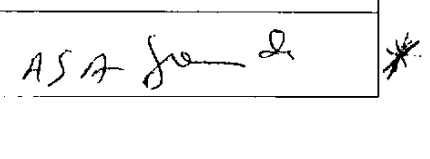
Sala das Sessões, 25 de março de 2010.

Senador **DEMOSTENES TORRES**

	Senador	Assinatura
01		
02		
03	 Raimundo Colombo	

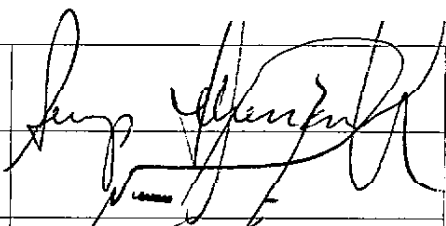
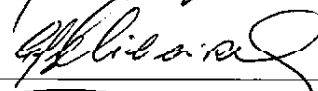
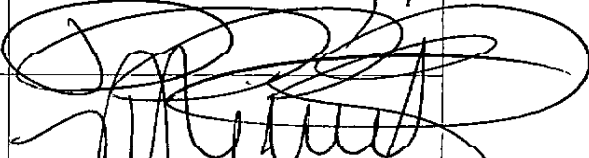
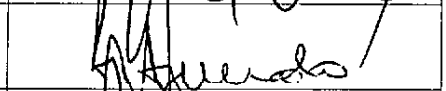




04	EDISON LOBÃO FILHO	
05	SEN. MARCONI PEREIRA	
06	SEN. HERÁCLITO FORRES	
07	SEN. MARCO MAGALHÃES	
08	SEN. GERALDO MACHADO DA	
09	SEN. Renato Catagrande	
10	SEN. JEFFERSON PEREIRA	
11	Capelão das	Capelão das.
12	Família	Família
13	TDE	TDE
14		Vale da
15		Alvaro das
16		
17	Antonio Carlos Lima	
18	EDUARDO AZEREDO	
19	Ideli Galvatti	
20		ROQUEIRO DAS
21		WOLFRADO FERNES
22		(ASA) J. L.

A

23	SERYS SLHESSARENKO	
24	Néato De Conto	
25	Vauren Pereira	
26	Augusto Soler	
27	Soto VICENTE CLAUDIO	
28	JOSÉ NERY	
29	Andrés V. M. J. B.	
30		
31		
32		
33		
34		




Título III

Da Organização do Estado

Capítulo III

Dos Estados Federados

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.



§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 26/03/2010.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS: 11348/2010